



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 15 de maio de 2023

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<b>0,19%</b> São Paulo	<b>107.114</b>	<b>R\$ 4,923</b> (-0,27%)	<b>R\$ 1.320</b>	<b>R\$ 5,343</b>	<b>13,65%</b>	<b>13,65%</b>	Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71 Abril/2023 0,61
<b>0,03%</b> Nova York	9/5 10/5 11/5 12/5	8/maio 5,011 9/maio 4,987 10/maio 4,950 11/maio 4,937					

## CONJUNTURA

# Juros altos sufocam pequena indústria

Segundo pesquisa, 76% das micro e pequenas empresas reclamam das taxas e 26% não conseguem pagar todas as despesas do mês

» ROSANA HESSEL

Com a taxa básica da economia (Selic) estacionada em 13,75%, desde agosto de 2022, e o crédito escasso, as micro e pequenas indústrias brasileiras estão cada vez mais endividadas. De acordo com um levantamento nacional encomendado pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí) 76% das empresas reclamam que estão sendo prejudicadas pelas taxas de juros e, em média, 26% estão com uma ou várias despesas atrasadas.

“A taxa de juros aparece como um dos principais problemas que está afetando o dia-a-dia das empresas, dificultando o crédito em geral, além da desaceleração da atividade econômica, que é reflexo também dos juros altos”, afirma o presidente do Simpí, Joseph Couri, em entrevista ao **Correio**. Segundo ele, a taxa de reclamação contra juros altos varia de região para região, e é a mais alta do país no Nordeste, onde 83% de empresas sentem os negócios prejudicados pelas taxas de juros.

De acordo com o presidente do Simpí, o crédito para as pequenas e médias indústrias está escasso porque os bancos não têm interesse em emprestar, devido às perdas com grandes empresas que entraram com pedido de recuperação judicial, como a Americana. “O fato é que isso está afetando 41% de todas as micro e pequenas indústrias”, comenta.

Conforme os dados da pesquisa do Simpí, feita pelo Datafolha, a taxa de inadimplência voltou a subir entre fevereiro e março, na comparação com dezembro de janeiro, passando de 37% para 39%, na média nacional. Mas, no Nordeste e no Norte/Centro Oeste, as taxas são bem maiores, de 53% e 48%, respectivamente. “Tem um dado

preocupante que é o seguinte: 50% das empresas não têm capital de giro suficiente para passar o mês, 9% têm mais do que o suficiente e 41% estão penduradas em bancos”, destaca Couri.

Segundo ele, em média, 26% de todas as empresas estão deixando de pagar alguma conta, “seja um item, sejam todos”, como banco, fornecedor, salário dos funcionários, imposto e despesas gerais. No Centro Oeste/Norte essa taxa foi a maior, chegando a 37%. E, no Sul, a menor, ficou em 20%.

### Momento delicado

“Estamos em um momento extremamente delicado e ruim e isso, claro, vai começar a afetar o emprego. Tivemos uma interrupção do ciclo de crescimento de geração de vagas e o cenário que se apresenta merece uma profunda reflexão”, ressalta o presidente do Simpí. “Estamos assistindo a uma movimentação a curto prazo e, se não houver uma redução da Selic, os problemas tendem a se agravar.”

No último dia 3, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano pela 6ª reunião consecutiva e ainda não deu sinais de quando pretende começar a reduzir os juros básicos. Uma das justificativas do colegiado é que as expectativas do mercado para a inflação ainda estão desancoradas, ou seja, acima das metas para este ano e do ano que vem, de 3,25% e 3%, respectivamente, com tetos de 4,75% e 4,50%.

Na ata do Copom, divulgada na última terça-feira, o Comitê reforçou a recomendação de “serenidade e paciência” com a atual política monetária e ressaltou que a o novo arcabouço fiscal, em tramitação no Congresso, não tem relação mecânica com a queda da inflação. Lembrou que ainda será preciso esperar

### Na corda bamba

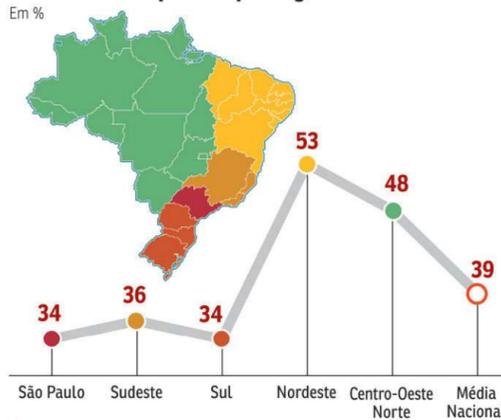
Conforme pesquisa encomendada pelo Simpí, as taxas de juros elevadas estão atrapalhando a vida da micro e pequena indústria

#### Sufoco

Parcela das empresas que deixaram de pagar pelo menos um desses itens: fornecedor, dívidas com bancos ou financeiras, despesas em geral, impostos e taxas, contas de consumo



### Taxa de inadimplência por região



Fonte: Simpí/Datafolha

a aprovação do projeto de lei da nova regra fiscal para haver algum impacto nas expectativas futuras do mercado.

Não à toa, analistas voltaram a apostar em uma queda da Selic somente a partir do segundo semestre, mas alguns não

descartam manutenção da taxa básica no atual patamar até o fim do ano, pelo menos, pois a desaceleração da economia não está tão forte como o esperado, e há uma expectativa de aceleração dos preços na segunda metade do ano.



encolhendo 0,3%. E, na sexta-feira, a alta de 0,61% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril, divulgado também pelo IBGE, ficou acima das expectativas do mercado, de 0,53%.

### Remédio errado

Na avaliação de Couri, contudo, o Banco Central está doando o remédio de forma errada para combater a carestia. “O BC costuma aumentar os juros para diminuir o consumo e está conseguindo, ao manter a Selic no atual patamar, desacelerar a economia. Só que a inflação que estamos vivendo não é de demanda, então, o remédio não seria adequado”, diz. “Inflação de demanda ocorre quando há mais gente querendo comprar do que o produto que está sendo ofertado. E não é o caso. Hoje, há uma oferta maior do que a demanda, porque os trabalhadores estão endividados e não têm poder de compra para acompanhar a inflação, porque o salário não sobe na mesma proporção”, explica. “O que vamos são produtos e insumos dobrarem de preço”, complementa.

De acordo com Couri, existem 800 mil micro e pequenas indústrias em todo o território nacional e grande parte delas pode não sobreviver, pois os empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são para poucos — apenas “1% das empresas” conseguem financiamento do banco. “A intenção é maravilhosa, ideia de juros mais baixos e condições especiais, mas o problema é a operação, tem muita burocracia”, lamenta. Em relação à perspectiva do mercado de que o Banco Central só deverá reduzir a taxa Selic no segundo semestre, Couri sentencia: “A questão é saber quantos estarão vivos até lá”.

## CORREIO DEBATE

# Combate à produção ilegal de ouro em foco

» FERNANDA STRICKLAND

O aumento da exploração ilegal de ouro, nos últimos anos, sobretudo na Amazônia, além de prejudicar a cadeia de produção regular do metal, manchou a reputação do país no exterior. Agora, o país busca superar a má fama e ser reconhecido como produtor confiável de metais preciosos. Atualmente, o país é o 13º maior produtor de ouro no mundo, segundo o estudo Mineral Commodity Summaries 2019. O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, lembra que o garimpo ilegal está associado à criminalidade, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas.

Além disso, o aumento dos garimpos ilegais em territórios indígenas ampliou o rastro de

destruição dessa prática. Entre os danos, estão o desmatamento, doenças, fome, agressões sexuais, violência e morte. “O ouro que provém do garimpo ilegal destrói as florestas, a cultura, e os próprios povos indígenas”, pontuou o presidente do Ibram.

Jungmann será um dos participantes do **Correio Debate**, evento que vai discutir, amanhã, dia 16, as formas de combater o garimpo ilegal, rastrear a produção do metal e, desse modo, fortalecer a comercialização regular do ouro. O evento é promovido pelo **Correio Braziliense**, com apoio da Casa da Moeda do Brasil. O **Correio Debate: Caminhos do Ouro**, será transmitido, em tempo real, pelas redes sociais do jornal das 14 às 18 horas.

De acordo com Jungmann, a



Jungmann: controle do garimpo ilegal e reforço do mercado regular

destruição vem em diversas formas: “pelo envenenamento pelo mercúrio, a prostituição de mulheres e crianças, e até mesmo a morte dos nossos povos originais”. Por isso mesmo, acrescenta “esse debate se reverte de muita importância para a imagem do

Brasil, perante si mesmo e perante o exterior”.

O presidente do Ibram explicou que, desde o início da sua gestão, medidas estão sendo buscadas. Uma delas é considerar o garimpo ilegal um caso de polícia. “Juntamente com

organizações da sociedade civil, temos ido ao Banco Central, à Receita Federal, à Comissão de Valores Imobiliários, ao Ministério de Minas e Energia, para solicitar o aumento da repressão ao garimpo. E estamos tendo resultados positivos, como a decisão do Supremo Tribunal Federal de decretar o fim da regra da ‘boa fé’ — artigo da lei que autorizava que a procedência do ouro comercializado no Brasil fosse atestada apenas pelo vendedor do metal”, observou.

Segundo o presidente do Ibram, há também pedidos sendo feitos ao exterior. “Recentemente, estive na Suíça conversando com o setor financeiro, setor privado, ONGs, porque o país, é o maior comprador de ouro do mundo, cerca de 70% das nossas exportações são para lá”, disse.

### Soluções

Durante o debate do **Correio**, os painelistas vão apresentar uma plataforma desenvolvida

pela Universidade de São Paulo (USP), que permite uma análise para mostrar se o ouro é legal ou não. “Essa é a maior conquista que se pode ter para o combate garimpo ilegal, porque quem for joalheiro, minerador, comprador, poderá usar essa plataforma, que é gratuita e fazer a sua própria análise”, afirmou o presidente do Ibram.

Segundo Jungmann, outras medidas para combater o garimpo ilegal estão em curso, como a nota fiscal eletrônica, que permite a rastreabilidade do ouro. “É importante que os nossos compradores estrangeiros exijam que todo e qualquer ouro passe pela plataforma da USP, para que assim o mercado ilegal acabe definitivamente.”

O seminário do **Correio**, vai mostrar os desafios, as soluções e a importância da rastreabilidade para o mercado do ouro. “Esse debate mostra uma forma de se reverter essa situação, tem muita importância para a imagem do Brasil, tanto dentro, quanto fora do país”, disse Jungmann.